

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

62 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 30/11 a 4/12/2020):

1. PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE PREPARAÇÃO	1
<i>Prioridades e sítio internet da Presidência</i>	1
<i>Dimensão parlamentar da Presidência</i>	1
<i>Visita da Conferência de Presidentes do PE a Portugal</i>	1
2. NEXT GENERATION EU RECURSOS PRÓPRIOS	2
3. PE ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	3
<i>Relatório sobre o futuro da Política Externa e de Segurança Comum</i>	3
<i>Frontex</i>	3
<i>Comissão de Cultura e Educação</i>	3
<i>Comissão de Assuntos Económicos e Monetários</i>	3
<i>Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural</i>	4
3. O PRIMEIRO ANO DA COMISSÃO VON DER LEYEN	4
4. COMISSÃO EUROPEIA RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS	4
5. PLANO DE AÇÃO PARA A DEMOCRACIA EUROPEIA	5
6. COMISSÃO EUROPEIA CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	6
7. REFORMA DO MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE	6
8. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	6
9. OUTROS ASSUNTOS	6
10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
<i>Videoconferência do Eurogrupo</i>	7
<i>Videoconferência dos ministros da Educação</i>	7
<i>Videoconferência dos Ministros da Juventude</i>	7
<i>Videoconferência dos ministros da Cultura e do Audiovisual</i>	8
<i>Videoconferência dos ministros da Economia e das Finanças</i>	8
<i>Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Desporto</i>	8
<i>Videoconferência dos ministros da Saúde</i>	8
<i>Videoconferência dos ministros da Justiça</i>	8
<i>Videoconferência dos ministros do Trabalho e Assuntos Sociais</i>	9
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
<i>Parlamento Europeu</i>	9
<i>Comissão Europeia</i>	9
<i>Conselho da União Europeia</i>	9

1. PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DO CONSELHO DA UE | PREPARAÇÃO

Prioridades e sítio internet da Presidência

Portugal assumirá a Presidência rotativa do Conselho da União Europeia (UE) no dia 1 de janeiro de 2021, por seis meses. Nesse âmbito, foi lançado o **sítio na internet da Presidência no dia 4 de dezembro** (<https://www.2021portugal.eu/pt/>), onde pode ser consultada toda a informação relativa à Presidência, incluindo as [prioridades](#) que Portugal definiu:

- *Europa Resiliente*
- *Europa Social*
- *Europa Verde*
- *Europa Digital*
- *Europa Global*

No dia 1 de dezembro, o Primeiro-Ministro português teve um [encontro de trabalho](#), em Bruxelas, com o Presidente do Conselho Europeu, [Charles Michel](#).

Dimensão parlamentar da Presidência

Neste âmbito, caberá à Assembleia da República assumir a **Dimensão parlamentar desta Presidência do Conselho da UE**, que se materializará num conjunto de atividades interparlamentares durante o primeiro semestre de 2021. Recorde-se que os Presidentes dos Parlamentos dos países do Trio (Alemanha, Portugal e Eslovénia) assinaram uma [Declaração](#), em junho de 2020, na qual definiram os principais objetivos políticos para as respectivas Presidências no que à perspectiva parlamentar diz respeito.

Os encontros interparlamentares que a AR promoverá, em coordenação com o Parlamento Europeu (PE) e com os seus parceiros do trio (Alemanha e Eslovénia), darão expressão parlamentar a alguns dos temas que constam desta Declaração, bem como às principais prioridades definidas por Portugal.

No dia 4, foi também anunciado o **sítio na internet da Dimensão parlamentar da Presidência**, disponível em <https://parleu2021.parlamento.pt>.

Visita da Conferência de Presidentes do PE a Portugal

No quadro da preparação da Presidência, a [Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu](#) realizou esta semana uma visita de trabalho (por videoconferência) para contactos com as instituições portuguesas. No dia 2, teve lugar a [reunião com o Primeiro-Ministro](#), a que seguiu uma [conferência de imprensa](#), e com membros do Governo português. Nessas declarações à imprensa, António Costa referiu-se ao impasse em torno da oposição da Hungria e da Polónia ao pacote orçamental, dizendo que “*Existe um plano A e o próximo Conselho Europeu deverá aprovar os mecanismos necessários para que a 1 de janeiro*” o orçamento esteja em vigor. Acrescentou que, “*caso contrário, a atividade em toda a UE ficará paralisada*” e que “*não se pode reabrir o acordo obtido no Conselho Europeu de julho e com o PE*” em novembro. O Presidente do PE emitiu, igualmente, um [comunicado sobre este encontro](#).

No dia 3, coube à [Assembleia da República acolher esta visita](#), que se iniciou com um encontro bilateral entre o [Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues](#), e o [Presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli](#), seguido de uma [reunião alargada aos Presidentes dos Grupos Parlamentares](#). Deputados Únicos Representantes de Partido,

Deputadas Não Inscritas, em que participaram os Líderes dos Grupos Políticos do Parlamento Europeu. O [Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos](#), representou as Comissões Parlamentares no encontro alargado.

Os temas debatidos foram as prioridades da Presidência Portuguesa, quer no âmbito do [Trio](#), quer no que diz respeito ao [programa de Portugal](#) (uma União Europeia mais resiliente, social, verde, digital e global, sob o mote “*É tempo de agir!*”), além dos temas com maior incidência parlamentar: o papel dos Parlamentos Nacionais na recuperação da União Europeia pós-pandemia de COVID-19, a temática das migrações, bem como o calendário das Conferências Interparlamentares que virão a ter lugar durante a Presidência Portuguesa.

Finalmente, esta visita teve ainda um [encontro com a sociedade civil](#), em formato de debate com jovens portugueses com o tema “*A Minha Geração e a Europa*”, com a participação do Presidente e os Líderes dos Grupos Políticos do PE, da Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, Ana Paula Zacarias, tendo o [Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos](#), representado a AR nesta ocasião.

2. NEXT GENERATION EU | RECURSOS PRÓPRIOS

O impasse em torno da oposição da [Hungria e da Polónia sobre a adoção deste pacote orçamental](#)¹ persiste e tudo indica que **a questão será retomada no Conselho Europeu de 10 e 11 de dezembro**. Esta semana, surgiram relatos de que a Comissão estará a ponderar propostas de alternativas jurídicas para constituir o fundo de recuperação sem incluir, necessariamente, todos os Estados-Membros. É de notar, porém, que existe uma [elevada complexidade técnica e jurídica em torno destas opções jurídicas](#) (Tratado Intergovernamental, Cooperação reforçada, e.g.), pois nenhuma é isenta de obstáculos e afetará sempre a aprovação do QFP 2021-27 e da Decisão sobre os Recursos Próprios, que exigem unanimidade no Conselho.

Tínhamos já [dado nota](#), igualmente, da possibilidade de a Comissão apresentar uma **proposta de declaração interpretativa do mecanismo de condicionalidade do Estado de direito na proteção do orçamento da UE**, que operacionalize as várias etapas da sua metodologia de aplicação. Tal permitiria **clarificar** a inexistência de elementos arbitrários no Regulamento, **garantias jurídicas** que a Polónia e a Hungria parecem reclamar, bem como precisar as possibilidades de recurso ao Tribunal de Justiça da UE no caso de ativação deste mecanismo.

Uma outra questão em apreciação, e que corresponderá a uma diligência da Hungria é a **possibilidade de diferir a entrada em vigor do mecanismo para uma data ligeiramente posterior a 2021**. Na 5.ª feira, o vice-primeiro ministro polaco, Jaroslaw Gowin, teve [vários encontros com Comissários](#) em Bruxelas e [referiu](#) que a não aprovação do pacote orçamental é contrária aos objetivos da Polónia e que, por conseguinte, “*é no interesse de todos chegar a bom compromisso, que seria possível através de uma declaração vinculativa que interprete*” o regulamento sobre a condicionalidade do estado de direito, adotada pelos Líderes no Conselho Europeu da próxima semana. Acrescentou que “*esta declaração interpretativa poderia ser uma expressão clara do Conselho Europeu de que a regra da condicionalidade não será usada para exercer uma pressão injustificada sobre Estados-Membros individuais em áreas que não as do uso adequado dos fundos europeus*”.

¹ Que inclui o QFP 2021-27, o Fundo de Recuperação Next Generation EU, a Decisão sobre os Recursos Próprios e a condicionalidade sobre o Estado de direito no orçamento da UE.

Foi, entretanto, alcançado um [acordo provisório entre o PE e o Conselho sobre o Orçamento da UE para 2021](#), que está pendente do acordo global sobre o QFP 2021-27.

3. PE | ATIVIDADE DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

Relatório sobre o futuro da Política Externa e de Segurança Comum

A Comissão de Assuntos Externos (AFET) do PE [aprovou o seu relatório sobre a PESC](#), em que defende o estabelecimento de parcerias estratégicas com parceiros que partilhem os mesmos valores, enfrentar de forma determinada as tentativas de enfraquecer e dividir a UE, bem como apela ao estabelecimento da regra da maioria qualificada, em vez da unanimidade, em algumas áreas da política externa.

Teve, ainda, lugar uma [reunião interparlamentar](#) relativa à situação nos Balcãs Ocidentais na perspectiva de 25 anos após os Acordos de Dayton, e à Bielorrússia e resposta da UE em apoio à mudança democrática no país, no dia 2 de dezembro. A Assembleia da República foi representada pelos Deputados Marcos Perestrello (PS), Lara Martinho (PS) e António Cunha (PSD).

Frontex

A [Comissão LIBE](#) discutiu as alegações apresentadas pelo Director Executivo da Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira, Fabrice Leggeri, que assegurou não existirem provas da participação da Frontex em nenhum dos incidentes revelados, referindo o contexto geopolítico difícil no Mediterrâneo Oriental e a necessidade de os agentes da Frontex seguirem as instruções das autoridades do Estado membro de acolhimento. A maioria dos deputados alertou para a repetição deste tipo de incidentes suspeitos e da falta de transparência, considerando que a Frontex deve dotar-se de mais recursos humanos para lidar com as questões relativas ao respeito pelos direitos fundamentais. Embora alguns deputados tenham manifestado a sua compreensão com o Diretor Executivo e a difícil tarefa confiada à Frontex, outros pedem a sua demissão.

A Comissão LIBE organizou ainda, no mesmo dia 1 de dezembro, uma [reunião com os Parlamentos nacionais relativa à Avaliação das Atividades da Eurojust](#), e na qual a Assembleia da República participou, fazendo parte da sua delegação os Deputados José Magalhães (PS), Fabíola Cardoso (BE) e Sérgio Marques (PSD), membros das Comissões de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e de Assuntos Europeus.

Comissão de Cultura e Educação

Realizou uma [audição pública](#), no dia 2 de dezembro, para debater o Pacote Educação, publicado pela Comissão a 30 de setembro, com foco nos seus objetivos, desafios e perspectivas, e direcionado para a educação digital e o espaço europeu da educação.

Comissão de Assuntos Económicos e Monetários

Organizou também uma [audição pública](#) sobre a Melhoria da Responsabilização do Banco Central Europeu, debatendo com peritos a responsabilização relativamente ao impacto das políticas do BCE na área do euro e sobre a experiência com a responsabilização dos bancos centrais nos Estados-Membros e países terceiros, incluindo o impacto dos Parlamentos sobre os respectivos bancos centrais nacionais.

Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural

[Reuniu](#) no dia 1 de dezembro para apresentação, por parte do [Comissário J. Wojciechowski](#), das Recomendações aos Estados-Membros sobre os [Planos Estratégicos Nacionais](#) (PAC)

3. O PRIMEIRO ANO DA COMISSÃO VON DER LEYEN

No dia 1 de dezembro, assinalou-se um **ano desde a entrada em funções da actual Comissão Europeia**, presidida por Ursula von der Leyen, que disponibilizou um [vídeo alusivo](#) à ocasião e publicou uma [síntese dos principais objetivos alcançados neste período](#).

A Presidente von der Leyen [enfatizou](#) que a Comissão traçara **objetivos ambiciosos para o futuro da Europa**: *alcançar a neutralidade climática até 2050, fazer dos próximos dez anos a Década Digital da Europa e fortalecer o papel da Europa no mundo mediante uma abordagem mais geopolítica*. Acrescentou que, quando o mundo foi atingido pelo **coronavírus**, a Comissão atuou no sentido de **organizar uma resposta europeia concertada** e coordenada à situação de emergência: adquirir e distribuir equipamento de proteção, repatriar europeus retidos no estrangeiro e assegurar o acesso a doses de uma futura vacina. Apesar disso, considera que a Comissão não se desviou da sua trajetória e que a **dupla transição ecológica e digital** ocupa agora um **lugar ainda mais central** no programa político da Comissão.

O jornal *Político* publicou uma [análise da atividade individual de cada Comissário e da Comissão no seu todo](#), que oferece um panorama interessante deste primeiro ano de mandato.

Finalmente, é de referir que o Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel (que iniciou funções no mesmo dia 1 de dezembro), publicou uma [coleção dos seus discursos nesse período](#).

4. COMISSÃO EUROPEIA | RELAÇÕES TRANSATLÂNTICAS

A Comissão Europeia e o Alto Representante Josep Borrell [apresentaram esta semana](#) hoje uma proposta para uma **nova agenda transatlântica virada para o futuro**. Esta [iniciativa da UE relativa](#) reflete os domínios em que é necessária uma liderança mundial e centra-se em princípios gerais, nomeadamente uma ação e instituições multilaterais mais fortes, a prossecução de interesses comuns, a mobilização de forças coletivas e a procura de soluções que respeitem valores comuns. A nova agenda abrange quatro domínios:

i) Trabalhar em conjunto para um mundo mais saudável: COVID-19 e mais além: a UE pretende que os EUA se juntem ao seu papel de liderança mundial na promoção da cooperação a nível mundial em resposta ao coronavírus, na proteção das vidas e dos meios de subsistência e na reabertura das nossas economias e sociedades.

ii) Trabalhar em conjunto para proteger o nosso planeta e a prosperidade: a UE propõe estabelecer uma agenda ecológica transatlântica abrangente, coordenar posições e liderar conjuntamente os esforços com vista à celebração de acordos globais ambiciosos, começando por um compromisso conjunto de emissões líquidas nulas até 2050.

iii) Trabalhar em conjunto no domínio da tecnologia, do comércio e das normas: a UE pretende uma colaboração estreita com os EUA para resolver os diferendos comerciais bilaterais, conduzir a reforma da Organização Mundial do Comércio e criar um novo Conselho do Comércio e da Tecnologia UE-EUA. A UE propõe criar um diálogo específico com os EUA

sobre a responsabilidade das plataformas em linha e das grandes empresas tecnológicas, sobre a equidade fiscal, a inteligência artificial e os fluxos de dados.

iv) Trabalhar em conjunto para um mundo mais seguro, mais próspero e mais democrático: a UE e os EUA partilham um interesse fundamental no reforço da democracia, na defesa do direito internacional, no apoio ao desenvolvimento sustentável e na promoção dos direitos humanos em todo o mundo. A UE propõe o [restabelecimento de uma parceria transatlântica](#) em diferentes cenários geopolíticos, reforçando a coordenação, utilizando todos os instrumentos disponíveis e impulsionando a influência coletiva. Como medidas iniciais, a UE fará parte integrante da Cimeira para a Democracia proposta pelo presidente eleito, Joe Biden, e procurará obter compromissos conjuntos com os EUA para combater o aumento do autoritarismo, as violações dos direitos humanos e a corrupção.

O Conselho Europeu deverá aprovar este projeto, bem como as primeiras etapas propostas, a tempo de uma **cimeira UE-EUA no primeiro semestre de 2021**, durante a Presidência portuguesa. O PE deu, igualmente, [nota da importância desta agenda](#), tendo promovido esta semana uma interessante [audição pública](#) sobre estas questões.

Ainda neste domínio, o **grupo de peritos nomeado pelo Secretário-Geral da NATO** apresentou esta semana o seu [relatório sobre o futuro da Aliança Atlântica](#), destacando o **desafio estratégico comum que é o relacionamento com a China**.

5. PLANO DE AÇÃO PARA A DEMOCRACIA EUROPEIA

A Comissão Europeia [apresentou](#), esta semana, o seu [plano de ação para a democracia europeia](#), cujo objetivo é dotar os cidadãos dos meios necessários para que possam criar democracias mais resilientes em toda a UE e é uma das principais iniciativas do [programa de trabalho da Comissão para 2020](#).

O [plano de ação](#) visa dar [respostas](#) articuladas em torno de três grandes pilares:

i) Promover eleições livres e justas: legislação em matéria de transparência dos conteúdos políticos patrocinados («anúncios de teor político»), revisão das regras em matéria de financiamento dos partidos políticos europeus, e reforço da cooperação entre os Estados-Membros sobre questões relacionadas com a integridade das eleições.

A Comissão vai organizar um evento de alto nível que reunirá diversas autoridades na matéria, a fim de encontrar a melhor forma de dar resposta aos desafios relacionados com os processos eleitorais e dotar os cidadãos dos meios necessários para que possam participar, enquanto eleitores e candidatos, no processo democrático.

ii) Reforçar a liberdade e o pluralismo dos meios de comunicação: em 2021, a Comissão vai propor uma recomendação relativa à segurança dos jornalistas, bem como uma iniciativa destinada a travar as ações judiciais estratégicas contra a participação pública (SLAPP). O plano de ação para a democracia europeia articula-se com o plano de ação para os meios de comunicação e o setor audiovisual, que visa ajudar o setor a recuperar e a tirar o máximo partido da transformação digital.

iii) Combater a desinformação: melhorar o conjunto de instrumentos da UE para combater as ingerências estrangeiras e inclui a criação de novos instrumentos que permitam impor sanções financeiras aos autores de crimes. A Comissão visa transformar o Código de Conduta sobre Desinformação num quadro de correção das obrigações e das

responsabilidades das plataformas em linha, em consonância com o futuro ato legislativo sobre os serviços digitais.

6. COMISSÃO EUROPEIA | CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

A Comissão Europeia [apresentou](#) esta semana uma nova [Estratégia para reforçar a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais na UE](#). Desde a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, em 1 de dezembro de 2009, que a [Carta](#) é juridicamente vinculativa. Porém, o [Relatório de 2020](#) e o [Relatório de 2019 sobre os direitos fundamentais](#) da Agência dos Direitos Fundamentais da UE (FRA) indicam que os Estados-Membros continuam a não dispor de políticas nacionais que promovam o [conhecimento da Carta](#) e da sua aplicação. É [salientado](#) que as organizações da sociedade civil e as instituições nacionais de defesa dos direitos humanos desempenham um papel fundamental para garantir que a Carta seja uma realidade na vida das pessoas, mas que **estas organizações não estão suficientemente cientes da Carta e de quando esta é de aplicação**.

A partir do próximo ano, a Comissão apresentará um **relatório anual que analisará a forma como os Estados-Membros aplicam a Carta** em domínios específicos. A estratégia complementa o [Plano de Ação Europeu para a Democracia](#) e o [Relatório sobre o Estado de direito](#), ilustrando a abordagem global da Comissão para promover e proteger os direitos e os valores fundamentais da UE.

7. REFORMA DO MECANISMO EUROPEU DE ESTABILIDADE

O [Eurogrupo](#), reunido a 30 de novembro, decidiu avançar com a [reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade \(MEE\)](#): assinar o Tratado MEE revisto e dar início à sua ratificação.

Entre outras coisas, a [reforma](#) estabelece um **mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução (FUR) sob a forma de linha de crédito do MEE**. Os ministros chegaram também a acordo sobre a introdução precoce do mecanismo de apoio comum até ao início de 2022. Como referiu o Presidente do Eurogrupo, “*O mecanismo de apoio é um último recurso, é mais uma rede de segurança que temos à nossa disposição, se precisarmos dela. Reforçará e complementará o pilar de resolução da união bancária e ajudará a garantir que a insolvência de um banco não prejudica a economia em geral nem causa de facto instabilidade financeira.*”

8. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

Esta semana foi caracterizada por alguma indefinição nas negociações, com a crescente [pressão](#) de tempo para se alcançar um acordo, a [necessidade de os Estados-Membros analisarem o seu teor](#) e a possíveis concessões feitas, bem como o assentimento que o PE terá de dar.

9. OUTROS ASSUNTOS

Eslovénia

O Governo [suspendeu o financiamento](#) à Agência Noticiosa Eslovena (STA), que emitiu um [comunicado](#) a referir que, por esse motivo, “*se encontra numa situação que coloca em risco a estabilidade operacional da agência e a capacidade de prestar o serviço público que a Lei prevê.*”

Previsões económicas da OCDE

Foram [publicadas](#) esta semana, prevendo **um crescimento do PIB mundial de 4,2%**. O detalhe relativo à **economia de Portugal está disponível [aqui](#) e nesta [síntese](#)**, projetando-se uma recuperação lenta após a crise e que o PIB permaneça abaixo dos níveis de 2019 até final de 2022, com um pico do desemprego em 2021.

Novo acordo UE-ACP

Na 5.ª feira, foi alcançado o [acordo político](#) para relações [UE-África/Caraíbas/Pacífico](#), que substituirá o Acordo de Cotonou.

10. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Videoconferência do Eurogrupo

[Reuniu](#) no dia 30 de novembro, tendo, no seu formato inclusivo, decidido avançar com a **reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE)**, conforme mencionado no ponto 7. Debateram ainda a **União Bancária** com o presidente do Grupo de Alto Nível sobre o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos e prepararam a [Cimeira do Euro](#) (11 de dezembro de 2020). No formato habitual, a discussão centrou-se no [8.º relatório de supervisão reforçada relativo à Grécia](#), confirmando a quarta parcela de medidas relativas à [dívida sujeitas a condicionalidade](#), na apresentação das conclusões dos relatórios de supervisão pós-programa (incluindo Portugal), na apresentação dos resultados da missão do FMI à área do euro. A Comissão apresentou os seus [pareceres](#) sobre os projetos de planos orçamentais (PPO) dos Estados-Membros da área do euro para 2021 e a sua avaliação global dos PPO.

Videoconferência dos ministros da Educação

[Reuniram](#) também no dia 30 de novembro para o debate intitulado [Configurar o Espaço Europeu da Educação e o próximo Quadro Estratégico para a Cooperação Europeia no domínio da Educação e da Formação: o caminho a seguir](#), confirmando o apoio dos Estados-Membros ao [Espaço Europeu da Educação](#), destacando como prioridades a qualidade da educação, uma melhoria da aprendizagem de línguas, o aumento da mobilidade, a igualdade de género e o reconhecimento mútuo das qualificações. A Presidência prestou ainda informações acerca do estado das negociações sobre o [Regulamento Erasmus +2021-2027](#), a recomendação do Conselho sobre o ensino e a formação profissionais (EFP) e as conclusões do Conselho sobre a educação digital e informações atualizadas sobre o ponto da situação nos Estados-Membros da UE e nos países da EFTA e do EEE no que respeita a fazer face à COVID-19 nos domínios da educação e da formação. Foram ainda apresentadas as prioridades da Presidência portuguesa no domínio da educação.

Videoconferência dos Ministros da Juventude

Os ministros [debateram](#), no dia 30 de novembro, os principais desafios enfrentados pelos jovens e pelas organizações de juventude durante a pandemia de COVID-19 e um maior apoio, a nível da UE, aos [intercâmbios de jovens e às atividades de voluntariado transfronteiras](#). A Presidência informou os ministros sobre as conclusões relativas à [promoção da sensibilização e participação democráticas entre os jovens na Europa](#), sobre a [Resolução](#) relativa a um quadro

para a criação de uma Agenda Europeia do Trabalho com Jovens. A futura Presidência portuguesa apresentou o seu programa de trabalho na área da juventude.

Videoconferência dos ministros da Cultura e do Audiovisual

Decorreu no dia 1 de dezembro para [debater](#) a [recuperação do setor da cultura e da comunicação social na sequência da pandemia de COVID-19](#), congratulando o aumento substancial do orçamento do [programa Europa Criativa](#) para o período de 2021-2027, bem como a perspetiva de reforço do orçamento dos programas Erasmus+ e Horizonte Europa. A Presidência forneceu ainda informações sobre conclusões sobre a [igualdade de género no domínio da cultura](#), conclusões sobre a [salvaguarda de um sistema mediático livre e pluralista](#) e sobre a designação da cidade alemã de **Chemnitz** como uma das Capitais Europeias da Cultura em 2025. A delegação portuguesa apresentou o programa de trabalho da próxima Presidência.

Videoconferência dos ministros da Economia e das Finanças

No dia 1 de dezembro os ministros [reuniram](#) para debater, entre outros temas, a cooperação administrativa no domínio da **fiscalidade**, prevendo as novas regras nomeadamente que, a partir de 2023, as autoridades fiscais dos Estados-Membros procedam a uma troca automática de informações sobre os **rendimentos auferidos pelos vendedores nas plataformas digitais**, melhorando também o intercâmbio de informação. A [diretiva](#) deverá ser adotada pelo Conselho nas próximas semanas. Foi também realizado um balanço dos progressos realizados no reforço da **União Bancária** (no seu relatório intercalar, a Presidência convidou a próxima Presidência portuguesa a prosseguir com base nos progressos já realizados e a continuar a trabalhar para reforçar a União Bancária, em todas as suas vertentes). A Presidência informou os ministros acerca do projeto de conclusões do Conselho sobre o novo Plano de Ação da Comissão para a **União dos Mercados de Capitais (UMC)**.

Videoconferência dos ministros responsáveis pelo Desporto

Foram [debatidos](#), no dia 1 de dezembro, os desafios colocados aos organizadores de manifestações desportivas internacionais em diferentes Estados-Membros e a necessidade de maior intercâmbio a nível da UE, tendo a Presidência prestado informações sobre resolução sobre o [Plano de Trabalho da UE para o Desporto](#) e sobre a promoção da [cooperação transetorial em prol do desporto e da atividade física na sociedade](#). A delegação portuguesa expôs as prioridades da próxima Presidência na área do desporto.

Videoconferência dos ministros da Saúde

[Reuniram](#) no dia 2 de dezembro com a **Diretora do Centro Europeu para a Prevenção e Controlo do Doenças** e com o **diretor da Agência Europeia do Medicamento** para discutir a situação epidemiológica e o lançamento das primeiras vacinas. Foi ainda discutida criação de uma [União Europeia da Saúde](#), a [Estratégia Farmacêutica para a Europa](#) e foram prestadas informações diversas sobre avaliação de tecnologias da saúde, **programa EU4Health**, entre outras e apresentado o programa de trabalho da Presidência portuguesa na área da saúde.

Videoconferência dos ministros da Justiça

No dia 2 de dezembro [reuniram](#) também os ministros da justiça para debater aspetos da [luta contra o terrorismo](#) relacionados com a justiça, sobretudo **discurso de ódio em linha**, o balanço dos trabalhos em curso sobre a cooperação digital, os atuais desafios e o caminho a seguir no que

respeita ao **mandado de detenção europeu** e aos processos de extradição. Foi analisado o relatório da **Eurojust** e da **Rede Genocídio** sobre ações penais cumulativas relativas a **combatentes terroristas estrangeiros** por crimes internacionais fundamentais e infrações relacionadas com o terrorismo. Foi ainda debatido o Estado de direito, com base no relatório anual emitido, [cessões de créditos](#) e aplicação do regulamento relativo à Procuradoria Europeia.

Videoconferência dos ministros do Trabalho e Assuntos Sociais

Os ministros [debateram](#), no dia 3 de dezembro, **melhores condições de trabalho e protecção social dos trabalhadores**, incluindo propostas legislativas para problemas específicos relacionados com o **trabalho das plataformas** (condições de trabalho não transparentes e imprevisíveis, riscos mais elevados para a saúde e segurança, e acesso inadequado à protecção social). Foi discutida a forma de implementação da Estratégia da Comissão para a Igualdade de Género 2020-2025, a proposta de diretiva relativa ao **salário mínimo adequado**, e a coordenação dos sistemas de segurança social. A **delegação portuguesa** apresentou o programa de trabalho da próxima presidência na área da Igualdade de Género e Não-Discriminação.

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada ao trabalho das [Comissões Parlamentares do PE](#) e dos Grupos Políticos, na preparação para a Sessão Plenária de 15 a 17 de dezembro.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) do Colégio será no dia [9 de dezembro](#), com a adoção de várias propostas de grande relevo: o **fortalecimento do mandato da Europol**, o **Ato sobre os Serviços Digitais** e o **Pacto Climático Europeu**.

Conselho da União Europeia

- 07.12: [Conselho \(Negócios Estrangeiros\)](#), [Reunião informal dos ministros da Defesa do Consumidor](#), [Videoconferência dos ministros das Telecomunicações](#)
- 08.12: [Videoconferência dos ministros dos Assuntos Europeus](#), [Videoconferência dos ministros dos Transportes](#)

Bruxelas | 4 de dezembro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

(com Catarina Ribeiro Lopes, Secretariado da COSAC)

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) (ARNet) ou [aqui](#).